

**A CORRELAÇÃO SINTÁTICA
E A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA**

Felipe de Andrade Constancio (UFRJ)

felipe.letras.ac@gmail.com

André Nemi Conforte (UERJ)

andreconforte@gmail.com

RESUMO

O presente texto revisita os bastidores da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959, doravante NGB) para resgatar a descrição do período composto. Numa breve incursão da história do pensamento linguístico em torno do período composto, fica evidente o enfoque que recebem as orações coordenadas e subordinadas. Seguindo uma vertente pautada nas categorias dicotômicas da tradição gramatical, em grande medida conduzida pelo estruturalismo, a NGB elege a coordenação e a subordinação como processos únicos de articulação de orações. A justaposição e a correlação, tratadas por poucos autores e manuais de análise sintática, tornaram-se objeto de pouca investigação no cenário descritivo da tradição gramatical. Neste trabalho, a metodologia que pauta a discussão em torno dos processos de conexão de orações é de base qualitativa (por meio da análise de obras da tradição gramatical). Objetiva-se, portanto, abordar os fatores que levaram ao abandono da correlação como estatuto não validado pela NGB.

Palavras-chave:

Correlação. NGB. Orações.

ABSTRACT

This text revisits the behind-the-scenes of the Brazilian Grammatical Nomenclature (1959, hereinafter NGB) to rescue the description of the compound period. In a brief foray into the history of linguistic thought around the compound period, the focus on coordinate and subordinate clauses is evident. Following a trend based on the dichotomous categories of grammatical tradition, largely driven by structuralism, the NGB chooses coordination and subordination as unique processes of articulating sentences. Juxtaposition and correlation, treated by few authors and syntactic analysis manuals, have become the object of little investigation in the descriptive scenario of grammatical tradition. In this work, the methodology that guides the discussion around the processes of connecting sentences is qualitatively based (through the analysis of works from the grammatical tradition). The objective, therefore, is to address the factors that led to the abandonment of correlation as a status not validated by the NGB.

Keywords:

Correlation. NGB. Sentences.

1. Considerações iniciais

O ensino da análise sintática, fomentado pela chamada análise lógica, cuja herança advém da produção das chamadas gramáticas filosóficas

(Cf. UCHÔA, 2010, p. 21-7), tornou-se hegemônico no cenário brasileiro entre o final do século XIX e durante todo o século XX. Os professores de Língua Portuguesa (e até mesmo profissionais que não se situavam na área) sentiam-se compelidos a adotar sua própria nomenclatura particular para lidar com a nova prática de ensinar português – analisar sintaticamente orações e períodos que eram modelos de boa escrita e que, portanto, eram coletados de autores e de suas respectivas coletâneas.

O linguista brasileiro Joaquim Matoso Câmara Jr. (1972) afirmava que esse cenário de proliferação de nomenclaturas e de produção em massa de manuais e gramáticas de português criava um problema para o tratamento de questões concernentes ao ensino e, por consequência, não trazia segurança em termos de solidez descritiva. A partir da portaria que instituiu a NGB, em 1959, os manuais e as gramáticas passaram a adotar uma lista de termos cuja ampla divulgação (iniciada inclusive pelo Ministério de Educação e Cultura) alcançou o espaço da escola e das universidades.

Acerca do cenário em que se delineava a NGB, assim se posiciona Câmara Jr. (1972):

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua. (CÂMARA JR., 1972, p. 56)

Retomando este processo de gramatização, em que uma língua ganha instrumentos – dicionários e gramáticas – para o seu ensino e difusão, Orlandi (2013) defende a hipótese de que, mesmo na tentativa de padronizar o ensino de gramática e de sua decorrente nomenclatura, houve o monopólio por parte de algumas instituições de ensino acerca do que se devia ensinar nas aulas de Português no imaginário da sociedade brasileira. Esse monopólio, segundo a autora (2013), foi constituído pelas famosas escolas de ensino básico (Colégio Culto à Ciência, em Campinas, Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, Liceu Cuiabano, em Mato Grosso etc.) que, à época, assumiram a tarefa de tornar homogêneo o ensino dos conteúdos gramaticais.

Embora a iniciativa de padronização tenha recebido fomento de instituições modelares no ensino de língua, cabe mencionar que essa homogeneização criou lacunas, seja no tratamento das unidades da gramática, seja no processo da classificação dessas unidades. De acordo com

Orlandi (2013, p. 215), “a gramática torna-se assim o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo”, o que, de certa maneira, passa a questionar abordagens de determinados autores a respeito do ensino da análise sintática, de modo a torná-lo homogêneo nas obras produzidas a partir de 1959.

Por meio da portaria da NGB, o estudo do período passa a ser concebido na dicotomia período simples *versus* período composto. No âmbito do chamado período composto, a lista da NGB, pensada e elaborada por gramáticos e filólogos como Antenor Nascentes, Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha (Cf. HENRIQUES, 2009, p. 16-17), entre outros, contemplou, para fins descritivos da tradição gramatical, apenas as orações coordenadas e subordinadas.

Tentativas isoladas, como a de Oiticica (1947), que reconheciam a necessidade de inclusão dos períodos compostos por justaposição e por correlação, não tiveram espaço na proposta da NGB. Depois de mais de meio século, autores e especialistas reivindicam, por intermédio de abordagens distintas dos estudos linguísticos, tratamentos descritivos consistentes para a defesa de que a justaposição e a correlação são processos de articulação de orações no âmbito do período composto.

2. Coordenação, subordinação, justaposição e correlação

Na metade do século XX, Oiticica (1962) foi um dos primeiros filólogos a notar a necessidade de descrição do período composto por este viés:

Os autores, antes do *Manual de Análise*, reconheciam apenas duas estruturas para o período composto: *coordenação e subordinação*. Eu estatuí quatro: *coordenação, subordinação, correlação e justaposição*.

[...]

Para classificar os períodos compostos temos de observar-lhes a estrutura e reconhecer os tipos reais deparáveis. (OITICICA, 1962, p. 15)

Outros filólogos e gramáticos, valendo-se da herança dicotômica de correntes formalistas, optaram pela oposição entre coordenação e subordinação. A despeito de todas as diferenças notáveis no processo de articulação das orações ditas correlatas, optaram pela diluição dos casos de correlação no interior dos períodos formados por orações coordenadas e subordinadas.

Gramáticos, como Góis (1947, p. 15), valendo-se da noção de que a “análise lógica é a decomposição do período em orações, e das orações em relações”, pontuam a ocorrência de apenas dois tipos de encadeamento oracional – a coordenação e a subordinação. Segundo Góis (1947, p. 27-8), “oração coordenada é a que vem *ligada*, ou *juxtaposta* [*sic*] à oração principal, ou a outra coordenada” e “oração subordinada é a que vem *regida de conectivo subordinativo*, isto é, de ‘conjunção de 2ª classe’, ou de ‘pronomes relativos’”.

Góis (1947, p. 45) chega a mencionar um tipo específico de “conjunções de 2ª classe” – as conjunções “correlativas” – e utiliza exemplos, como “Creso era *tão* rico *que* ignorava o valor de seus tesouros”, mas não exclui o exemplo do círculo das orações subordinadas.

Pereira (1938; 1949), nas sucessivas reedições de sua obra *Gramática expositiva – cursos superior e elementar*, assim busca diferenciar subordinação e coordenação:

PROPOSIÇÃO COMPLEXA é a que contém duas ou mais proposições simples, tendo uma delas o sentido principal modificado pela outra ou outras, que a ela se prendem por partículas subordinativas, que são – *adjetivo, pronome e advérbios conjuntivos e conjunções subordinativas*, bem como pelo *verbo no modo infinitivo puro ou preposicional*.

[...]

PROPOSIÇÃO COMPOSTA é a que contém duas ou mais proposições simples ou complexas COORDENADAS, que, quanto ao CONECTIVO, são SINDÉTICAS ou ASSINDÉTICAS e JUXTAPOSTAS. (PEREIRA, 1938, p. 277) (grifos do autor)

Além de não fixar com clareza as diferenças nocionais entre “proposição complexa” e “proposição composta”, o autor ainda cria uma terceira categoria oracional para explicar a formação do período composto por coordenação (PEREIRA, 1949, p. 142): “proposição independente é a que forma por si sentido completo, devendo ter o seu verbo no *indicativo, condicional ou imperativo*”. Ainda na obra *Gramática expositiva: curso elementar*, Pereira (1949, p. 144) define que “proposição subordinada é a que depende de outra, que é a sua SUBORDINANTE e cujo sentido completa”. O autor não faz alusão às peculiaridades sintáticas das orações correlatas.

Seguindo a tradição gramatical latina, Almeida (1951, p. 410-11) opta, igualmente, por classificar orações coordenadas e subordinadas como orações independentes e dependentes, respectivamente: “proposição independente, também chamada absoluta, é a que forma, por si, sentido completo ou independente” e “proposição subordinada, dependente ou

secundária é a que (...) modifica o sentido de outra de que depende”. Como se vê, Almeida (1951) separa o período composto em apenas dois tipos, sem fazer menção à existência de particularidades de possíveis orações organizadas por intermédio de correlação sintática.

O posicionamento de Lima (1956), no entanto, foge à regra dos manuais de análise sintática anteriores. Com uma visão mais contemporânea sobre o processo de articulação de orações, menciona o autor: (1956, p. 51): “(...) apresenta o período quatro estruturas típicas. São os processos sintáticos: coordenação; subordinação; correlação; justaposição”.

Lima (1956, p. 51) diz que “há coordenação sempre que se sucedem elementos da mesma função”; já no período composto por subordinação, o autor (1956, p. 55) considera que “as orações estão, entre si, em condições diferentes, não têm a mesma função”. Como se observa, o tratamento do autor em relação à coordenação e à subordinação abandona, em certa medida, os fatores semânticos – dependência e independência – no estudo do período.

Sobre a correlação sintática, assim se posiciona Lima (1956):

Neste processo sintático, de características absolutamente próprias, não há independência das orações componentes do período, como na coordenação; nem subdependência, como na subordinação. Existe, ao revés, paradedpendência. (LIMA (1956, p. 66)

Considerando ainda na constituição do período a justaposição, Lima (1956, p. 69) afirma que, nesse processo sintático de articulação, “as orações são independentes quanto à forma, porém profundamente entrelaçadas pelo sentido”. A visão que o gramático apresenta em relação à correlação e à justaposição é, para a época, uma abordagem moderna em termos de descrição linguística do período composto. Vale dizer que esse olhar pioneiro é anterior à NGB e, por isso, situa o estudo do período composto numa ótica sintática pouco comum na construção do imaginário da tradição gramatical em que a obra de Lima (1956) foi escrita.

Em relação ao mesmo parâmetro classificatório instaurado pela NGB, Ali (1964, p. 130) reconhece apenas dois tipos de “oração composta”. O filólogo defende que a “combinação coordenativa” caracteriza-se pela formação de uma “oração inicial” seguida de “orações sequentes” e defende, ainda, que a “combinação subordinativa” é formada por meio das relações “de uma oração principal” seguida de outras orações “secundárias ou subordinadas”. Em outra obra, Ali (1965, 272-3) faz menção aos termos “parataxe” e “hipotaxe” para se referir, respectivamente, aos

processos de coordenação e subordinação, mas não menciona particularidades das orações complexas correlatas.

Adotando uma postura teórica mais autônoma, Melo (1954), além de adotar os processos de coordenação e de subordinação, faz alusão ao processo da correlação sintática (para o gramático, trata-se de um processo de intensificação oracional), sobre o qual usa a seguinte definição: “correlação é um processo mais complexo em que há, de certo modo, interdependência” (MELO, 1954, p. 121). Com essa definição, anterior ao projeto da NGB, o gramático torna-se um dos poucos a defender um estatuto próprio no ideário descritivo dos manuais de análise sintática, muito difundido no processo da gramatização brasileira antecedente à NGB.

Bechara (1976) reconhece a proposta de Oiticica (1962), mas adota um percurso descritivo paralelo à NGB, em que só há dois tipos de organização do período composto: por meio da independência sintática (período composto por coordenação) e por meio da dependência sintática (período composto por subordinação). Bechara (1976, p. 106) assim pontua: “(...) sinto não adotar a lição do mestre por julgar que *coordenação* e *subordinação* (...) não estão no mesmo plano da *correlação* e *justaposição*”. Embora a tentativa de justificar a exclusão dos processos de correlação e justaposição seja notória, ela, em si, prova, nas palavras do gramático, que os processos são distintos.

Na gramática de Luft (1978, p. 145), há clara alusão à escolha da NGB: “como se vê, a *NGB* restringe-se aos dois tipos clássicos de estruturação do período: *coordenação* / *subordinação*”. O autor traz, de modo enfático, a defesa de que a portaria operou um recorte essencial à organização do período composto, leia-se: “os elaboradores da *NGB* fizeram bem pronunciando-se por essa bipartição clássica, não considerando processos especiais a correlação e justaposição”. O autor, em sua breve análise do período composto, rechaça todas as distinções evidentes em torno das orações correlatas e justapostas.

Por fim, Cunha (1979, p. 551-2) opta por uma descrição do período composto que atenda ao critério da “autonomia gramatical”: as orações “que são autônomas” são chamadas de coordenadas, já “as orações sem autonomia gramatical” são reconhecidas, segundo o autor, como orações subordinadas. No âmbito da descrição das orações subordinadas adverbiais, Cunha (1979, p. 565) sugere que “os elementos que expressam a proporção podem estar correlacionados” e usa o exemplo “*Quanto mais*

descia, *tanto mais* se tranquilizava”, sem, no entanto, reconhecê-lo como período composto organizado por intermédio da correlação sintática.

Como se pode observar, os manuais e as gramáticas elaborados no período anterior e posterior à portaria da NGB adotam, em sua grande maioria, apenas as orações coordenadas e subordinadas para efeitos de articulação das partes do período. Indubitavelmente, esse recorte é encontrado, como um parâmetro, na tradição descritiva da análise sintática.

Estudos recentes, como o de Dias e Rodrigues (2010, p. 25), consideram que “a justaposição seria, assim, na abordagem funcionalista, uma forma de articulação de cláusulas”. Assim como a justaposição, a correlação sintática, diferentemente da abordagem operada no século XX, passou a ser objeto de estudo de diferentes correntes linguísticas contemporâneas.

3. A correlação sintática na gramatografia portuguesa

Motivados por questões gramaticais e ideológicas, alguns filólogos demonstraram, ainda no século XX, que a correlação sintática deveria constituir um estatuto gramatical à parte. Nessa linha, encontram-se as ponderações de Oiticica (1947), o primeiro filólogo a organizar um estudo¹ sistemático sobre o estatuto da correlação sintática:

Insisto, pois, na necessidade de considerar-se a correlação processo de composição do período diferente da coordenação e da subordinação. Só assim podemos, com segurança, habilitar o aluno a reconhecer as correlações latentes, comuníssimas nos clássicos, e impedir que erre na classificação, dando-as como uma das três subordinadas. (OITICICA, 1947, p. 246)

Segundo Valente (1998), também são precursores os trabalhos de Melo (1954) e de Lima (1956). Ambos colocam em xeque a necessidade de considerar as orações correlatas como um estatuto particular na esfera da organização do período composto. Esses trabalhos têm em comum o fato de serem pioneiros, em termos de descrição das orações correlatas, o que, sem sombra de dúvida, assegura a noção de que motivaram muitos outros estudos linguísticos a partir da primeira metade do século XX.

Procurando desfazer as limitações impostas pela NGB e adotando a noção de que “o sistema linguístico põe à disposição do falante diferentes arranjos sintáticos para a expressão de relações semânticas, lógicas e

¹ Trata-se da obra *Teoria da correlação*, que foi publicada em 1952, e é frequentemente revisitada nos estudos estruturalistas e funcionalistas. Neste trabalho, é utilizada, para fins de citação, a segunda edição, de 1962.

argumentativas” (CARONE, 2006, p. 77), os filólogos defensores do processo da correlação não só sinalizaram as sutilezas estruturais dessas orações, como também defenderam que, por meio de estruturas correlatas, é possível a “expressão do pensamento”, conforme sugere Melo (1967):

Excluir a correlação como processo sintático, capitulando-a na subordinação certamente não é ater-se à nomenclatura, mas impor doutrina, para alguns certa, para outros duvidosa, para tais outros, como eu, errônea. Já disse, neste mesmo livro, que a coordenação, a subordinação e a correlação constituem processos diferentes e irredutíveis de expressão do pensamento [...] (MELO, 1967, p. 288)

Os estudos pioneiros em torno da correlação fomentaram, durante décadas, outros estudos relacionados à estilística, à argumentação, à retórica e ao funcionamento de determinados usos linguísticos em dado recorte sincrônico. A partir dos manuais de análise sintática anteriores e posteriores à NGB, pode-se resgatar uma série de questionamentos que, por ora, figuram na agenda de gramáticas contemporâneas do português.

Tratando a correlação como “uma categoria fundamental para a descrição das estruturas linguísticas” (RODRIGUES, 2014, p. 232), linguistas e gramáticos fizeram concessões ao estudo do período composto e incluíram, no interior da abordagem do período composto, a correlação sintática. Desde o início dos 2000, houve a produção de gramáticas (a maioria delas em território brasileiro) em que a correlação figura como procedimento válido para a estruturação das orações do período composto.

Autores portugueses, como Mateus (2003) e Raposo (2013), reconhecem certas peculiaridades de estruturas paralelas (aquelas que apresentam igualdade entre termos coordenados) e de estruturas adverbiais que adquirem caráter coesivo marcado (sobretudo as estruturas adverbiais comparativas). No entanto, não se pode dizer que tais autores sejam adeptos da criação de um estatuto oracional à parte, como é o caso da correlação sintática.

Como se sabe, as gramáticas produzidas nesse período (a partir dos anos 2000), sejam elas dedicadas ao estudo da escrita, sejam elas entusiastas da descrição da língua falada, corroboram a noção de que as orações correlatas foram negligenciadas no estruturalismo linguístico e que, portanto, oferecem contribuições pertinentes no tratamento de correntes funcionalistas. Dessa forma, o funcionalismo linguístico resgatou os estudos acerca da correlação para tratá-los sob diferentes perspectivas (argumentativas, expressivas, retóricas etc.).

As gramáticas contemporâneas do português revisitam a correlação sintática para reparar uma carência notada no projeto da NGB. Nesse sentido, em vez de trazerem um discurso de insatisfação em relação à nomenclatura, realizam uma descrição mais atenta às potencialidades de organização do período composto, em que fatores relativos à organização cognitiva e, por conseguinte, à organização de textos, recebem abordagens funcionais. A diferença notada na adoção desse percurso descritivo parte, portanto, da NGB para o resgate dos bastidores da descrição linguística do período composto, sem se ater apenas a fatores dicotômicos (cujos princípios estruturalistas permitiram o enfoque apenas na coordenação e na subordinação).

4. Considerações finais

De acordo com a NGB, enquadram-se, no âmbito da coordenação, as orações coordenadas sindéticas aditivas e alternativas, e figuram, no âmbito da subordinação, as orações subordinadas adverbiais comparativas, consecutivas e proporcionais. No entanto, essas orações, conforme se preconiza no cenário dos estudos gramaticais, assumem traços estruturais significativos das orações correlatas, de acordo com suas peculiaridades de junção.

Tabela 1: Proposta da NGB.

Período composto	Oração	Junção
coordenação	oração coordenada sindética aditiva	não só... mas também... nem... nem...
	oração coordenada sindética alternativa	ou... ou... ora...ora... quer...quer... seja...seja...
subordinação	oração subordinada adverbial comparativa	mais... do que... menos...do que... tanto...quanto...
	oração subordinada adverbial consecutiva	tanto... que... tão... que...
	oração subordinada adverbial proporcional	quanto mais... mais...

Fonte: Constancio (2023).

Como se pode observar, os mecanismos de junção, conhecidos como “correlatas conjuncionais do português” (MÓDULO, 2016, p. 195-200), revelam particularidades, a saber: a) pares de conectores que podem

figurar em orações distintas; b) conectores “espelhados” organizados em paralelismo sintático; c) conectores atuando em membros oracionais distintos com fator semântico de intensificação.

Os mecanismos de junção, *grosso modo*, atuam como articuladores oracionais e, ao mesmo tempo, assumem valores semânticos no interior de construções específicas da gramática. A sistematização desses mecanismos no âmbito da correlação sintática pode ser operada em paralelo às contribuições da NGB e dos estudos funcionalistas recentes.

Neste breve trabalho, o enfoque nas peculiaridades desses mecanismos de junção² assume relevância na medida em que eles não só contribuem para um redirecionamento da organização do período composto, mas também proporcionam análises em nível textual (as estruturas gramaticais organizam textos). Ainda que a NGB não tenha listado os pares de conectores correlatos, os mecanismos de junção da Tabela 1 sinalizam que há particularidades de articulação nas estruturas correlatas. Reconhecer esses mecanismos, mesmo que tardiamente, é compromisso contemporâneo da descrição gramatical em diálogo com uma proposta funcionalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo Melhoramentos, 1965.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1951.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2006.

² Vale salientar que a tradição gramatical reconhece essas estruturas como conjunções ou locuções conjuntivas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CONSTANCIO, Felipe de Andrade. *Seja na sintaxe, seja no discurso: a correlação oracional em interface*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FE-NAME, 1979.

DIAS, Maria de Lourdes Vaz Spezapria; RODRIGUES, Violeta Virginia. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação?. In: RODRIGUES, V.V. *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GÓIS, Carlos. *Método de análise léxica e lógica ou sintaxe das relações*. Belo horizonte: Edição e propriedade do autor, 1947.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Teoria da análise sintática*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1956.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1978.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

_____. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: NEVES, M.H. de M, (Org.). *A construção das orações complexas*. São Paulo: Contexto, 2016.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1947.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1962.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *Gramática expositiva: curso elementar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* *Gramática do português – volume II*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: BRANDÃO, S.F.; VIEIRA, S.R. (Orgs). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2014.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Sobre o ensino da análise sintática: história e redirecionamento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

VALENTE, André Crim. Um estudo sobre a correlação (em J. Oiticica e outros autores). In: VALENTE, A.C. (Org.). *Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

Outra fonte:

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 21/02/2024.